

Mães e universitárias: contribuições de projeto assistencial para a permanência na universidade

CARLA ANDRÉA SILVA*

Resumo: Este artigo versa sobre as contribuições de um projeto assistencial para a permanência de mães universitárias no Ensino Superior em uma instituição de ensino pública federal do Nordeste brasileiro. O projeto teve o objetivo de acolher e de estimular crianças que acompanhavam suas mães durante o horário das aulas. O mesmo foi desenvolvido numa brinquedoteca universitária por 12 meses, sendo que, em seus seis meses iniciais ocorreu de forma presencial e, em seus seis últimos meses, desenvolveu-se de forma remota. Foram utilizados, como instrumento de produção dos dados, diários de campo dos brinquedistas e formulário Google Docs; esse último, socializado com as 14 mães atendidas no projeto, o qual foi respondido por nove delas. Dentre os resultados, destaca-se que a avaliação do projeto pelas mães foi apontada como satisfatória, havendo o reconhecimento do mesmo como um mecanismo de permanência dessas mães na vida acadêmica. Na oportunidade, identificou-se o sentimento de confiança das mães no trabalho desenvolvido, que se manifestou pela indicação, por todas as pesquisadas do projeto relatado, a outras pessoas na mesma condição que elas.

Palavras-chave: Inclusão social; Mães universitárias; Projeto assistencial; Brinquedoteca universitária.

Mothers and university students: contributions of assistance project for their permanence in the university

Abstract: This article discusses the contributions of a care project for the permanence of university mothers in Higher Education in a federal public education institution in Northeastern Brazil. The project aimed to welcome and encourage children who accompanied their mothers during school hours. It was developed in a university playroom for 12 months, and in its initial six months it took place in person and, in its last six months, it was developed remotely. As an instrument for data production, field diaries of toy players and a Google Docs form were used; the latter, socialized with the 14 mothers assisted in the project, which was answered by nine of them. Among the results, it is highlighted that the evaluation of the project by the mothers was identified as satisfactory, with its recognition as a mechanism for these mothers to remain in academic life. On the occasion, the feeling of confidence of the mothers in the work developed was identified, which was manifested by the indication, by all the mothers surveyed and assisted by the project, to other people in the same condition as them.

Key words: Social inclusion; College mothers; Social Work Project; University toy library.



* CARLA ANDRÉA SILVA é professora Adjunta A, da Universidade Federal do Piauí, Campus Amílcar Ferreira Sobral na cidade de Floriano-PI. No curso de Pedagogia, atua na área de Fundamentos Psicológicos da Educação e é a atual coordenadora da Brinquedoteca Mundo Encantado. É membro da Associação Brasileira de Brinquedotecas-ABBri e Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Histórico-críticas em Educação e Formação Humana – NEPSH.

Introdução

A discussão em torno da garantia da igualdade de gênero alerta que o fim das mais diversas formas de discriminação - as quais são submetidas mulheres e meninas no mundo inteiro - constitui tanto um direito humano básico, bem como um elemento crucial para também precipitar o desenvolvimento sustentável em diferentes sociedades ao se dispor ao enfrentamento de um dos maiores desafios de nosso tempo.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), mediante proposição do quinto objetivo sustentável, que compreende a igualdade de gênero, busca-se alcançar o empoderamento de mulheres e meninas pelo mundo como uma condição inegociável, visto que carrega em si um efeito multiplicador e coopera com real desenvolvimento e crescimento econômico de diferentes nações, sem comprometer a dignidade dos corpos e dos sujeitos envolvidos.

A importância da discussão que se relaciona à igualdade de gênero é complexa e, ao ver desta autora, converge ainda com as ponderações trazidas por autoras como Louro (2000, p.21), quanto à necessidade de observar atentamente a materialização dessas relações de gênero, uma vez que no seio da sociedade importa “observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos”. Dito isso, a supracitada autora resgata ainda que, por haver implicações complexas nessa análise, é preciso ter uma atenção mais apurada quanto aos arranjos sociais, ao processo histórico, bem como às condições de acesso aos recursos da sociedade e às formas de representação que foram e que estão sendo construídas para retratar a realidade entre os sexos e sobre cada um deles. Nessa direção, compreende-se que a construção do

gênero é de natureza histórica e dinâmica, de maneira que as relações estabelecidas entre homens e mulheres, bem como os discursos e as representações dessas relações, indicam que os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (LOURO, 1997).

Cientes de tal realidade buscam-se o distanciamento da noção simplista e reduzida de "homem dominante versus mulher dominada" por convergir com o entendimento de que não há mais o mesmo interesse em se referir de forma genérica a homens e mulheres, e sim em “homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etc. e suas solidariedades e antagonismos que podem provocar os arranjos mais diversos” (LOURO, 1997, p.33).

Expostas essas apreciações mais gerais sobre a compreensão de gênero, o qual norteia o presente texto, considera-se basilar apontar que consiste foco do mesmo a realidade de jovens mães e universitárias que participaram de um projeto de assistência social, problematizando a dinâmica da permanência de mulheres no ensino superior, materializada em uma realidade que tende a ser invisibilizada e silenciada, por ilustrar mais uma dimensão da vida real marcada por desigualdades.

Considera-se oportuno recordar que a descoberta da gravidez sempre traz uma explosão de sentimentos para as futuras mães e um significativo desafio: conciliar maternidade e vida acadêmica. Nesse sentido, reconhece-se que existem dificuldades e, muitas delas impostas pela sociedade, encontram-se atreladas à compreensão de que:

[...] o dever de cuidar, educar e acompanhar o crescimento dos/as filhos/as é culturalmente e

historicamente atribuído à mulher. (MESQUITA *et al.*, 2019).

Pelo exposto acima, identifica-se que, por imposição da sociedade, a mulher tem que ser aquela que se dedica exclusivamente ao lar e aos cuidados e à educação de seus filhos, como se, por pertencer a esse gênero, algumas condições de vida fossem sua única e exclusiva alternativa, sem que elas possam efetivamente escolher os destinos que desejam seguir ou os tempos em que farão determinadas experiências em suas vidas, como, por exemplo, a maternidade.

Nesse sentido, ressaltam-se aqui alguns pontos extraídos do relatório *Education at a Glance 2019*, decorrente de pesquisa empreendida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), quando a mesma reúne dados que demarcam o ensino superior no Brasil. A pesquisa em questão identificou que 25% das mulheres na faixa etária de 25 a 34 anos têm Ensino Superior, enquanto 18% dos homens nessa mesma faixa etária encontram-se nesse nível de ensino. A realidade encontrada revelou que mais mulheres ingressam e concluem o Ensino Superior do que homens e que essa vantagem não se mantém no quesito empregabilidade, uma vez que os homens alcançam índices de sucesso nesse âmbito e apresentam menos dificuldades em se inserir no mercado de trabalho do que mulheres, além de rendimentos mais elevados (OCDE, 2019).

Nessa discussão, autoras como Ricoldi e Artes (2016), mediante análise de dados estatísticos, apontam ainda que as mulheres sejam maioria nos cursos das ciências humanas, como, por exemplo, as ciências da educação e língua materna, bem como em carreiras da saúde, como enfermagem, terapia e

reabilitação, ou seja, em cursos ligados ao cuidado. As autoras também apontam que vem ocorrendo avanço das mulheres em direção a carreiras mais prestigiosas, porém essa realidade se confronta com um limite antigo: a pouca mudança na organização da Divisão Sexual do Trabalho, que ainda oferecem impeditivos para que as mulheres ocupem posições de destaque e a equidade de gênero seja uma realidade.

Recorre-se, aqui, a autores como Beltrão e Alves (2009) ao lembrar que se registra, em grande parte da história brasileira, a presença de uma divisão sexual do trabalho, o qual impôs às mulheres atividades domésticas e ligadas à reprodução, que ocorrem na esfera privada; enquanto que os homens realizam atividades que ocorrem fora do espaço doméstico e do tipo produtiva, ocorrendo essencialmente na esfera pública.

Retomadas estas questões, deve-se esclarecer que o cenário que subsidiou a discussão que se segue foi o de uma IES pública federal que, como outras IES, tem número considerável de mulheres inseridas em distintos cursos de graduação e que têm suas vidas acadêmicas perpassadas pela maternidade, necessitando, dessa maneira, de políticas públicas que garantam seu direito a estudar.

Nesse contexto, observaram-se salas de aulas e corredores repletos de crianças acompanhando suas mães na rotina acadêmica, situação que não era favorável para ambos, trazendo impactos distintos que, por um lado, estavam relacionados ao desempenho acadêmico abaixo do esperado para essas mães e este, por sua vez, determinava a evasão das mesmas dos cursos de graduação ao qual estavam vinculadas; e, por outro lado, as

crianças ficavam jogadas pelos cantos e, quando entediadas de tanto esperar hora de ir para casa, às vezes, envolviam-se em pequenos acidentes ao tentar se distraírem, correndo pelos corredores, o que ocasionaram inúmeras quedas ou deslizamentos pelo chão, além de atrapalharem outras salas de aulas com gritos ou uso de *smartphone* com o volume alto.

Diante desses condicionantes, foi proposto um projeto que se estruturou na direção de oferecer acolhimento das crianças que acompanhavam suas mães no cotidiano acadêmico, bem como uma oferta de: acompanhamento, estímulos pedagógicos, brincadeiras, desenhos e pinturas para as crianças. Considerando que esse *campus* dispõe de uma brinquedoteca universitária, que funciona como laboratório do curso de Pedagogia, esta foi escolhida como o espaço para o desenvolvimento do projeto *Brincando e Cuidando*. A escolha também envolveu o reconhecimento desse espaço em sua experiência no atendimento de crianças, visto tratar-se de um local em que já se realizavam práticas lúdicas e educativas, seja na recepção de crianças em visitas, seja na realização de práticas itinerantes em diferentes localidades da cidade onde o *campus* está localizado.

Ao retomar a avaliação das mães universitárias atendidas pelo projeto, objetiva-se, nesta discussão, resgatar a experiência de suporte oferecido durante os seis meses em que o projeto funcionou de forma presencial e, nesse movimento, tecer reflexões sobre mecanismos de inclusão social e de alternativas para se garantir a equidade de gênero nas condições presentes no cotidiano acadêmico em uma IES pública federal do Nordeste brasileiro.

A maternidade e a vida acadêmica: conformidades e disparidades

Na discussão que se segue, enfatiza-se que, na Constituição Brasileira, a proteção à maternidade e à infância é assegurada em seu artigo 6º como direitos sociais, assim como a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social e a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

Considerando o entendimento quanto à importância de se assegurar esses direitos sociais e, em específico, retomando a realidade de mães universitárias, deve-se recordar um importante marco regulatório presente em nossa legislação, que é a lei 6.202, sancionada em 17 de abril de 1975.

De acordo com a referida lei, no percurso da gestação dentro de uma instituição de ensino, seja da Educação básica e/ou do Ensino Superior, as discentes grávidas têm o direito assegurado à maternidade, uma vez que essa “atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº1.044, de 1969, e dá outras providências”

De acordo com essa legislação, especialmente na proposição do seu artigo primeiro, fica estabelecido que a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses, a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares, ou seja, haveria, nesse período, desde que haja comprovação por atestado médico, autorização para o afastamento das atividades escolares pelas mães. Em condições excepcionais, no 2º artigo dessa lei, assegura-se que, havendo a devida comprovação pela gestante, o seu período de repouso pode ser aumentado, antes e depois do parto. Por fim, outro ponto relevante a ser

mencionado nessa discussão é que o direito à prestação de exames finais, presente no artigo 3º da referida lei, é assegurado às estudantes em estado de gravidez¹ em qualquer situação.

Aponta-se que a IES, onde o referido projeto foi desenvolvido, possui uma resolução própria, denominada Regulamento Geral da Graduação. Tal documento foi atualizado em 20 de junho de 2018 e atende integralmente ao disposto na lei supracitada, servindo como importante regulador nas relações cotidianas com alunas gestantes. O referido regulamento contempla, em seu segundo capítulo, na seção 1, situações especiais. Nesse ponto do regulamento, as alunas gestantes são reconhecidas como um grupo que pode pleitear atividades domiciliares e, para isso, o artigo 242 reúne os critérios que são considerados para o atendimento aos pedidos da licença maternidade.

Assim, aqui também é preciso destacar que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é voltado a estudantes de baixa renda, matriculadas em cursos de graduação presenciais nas instituições federais de Ensino Superior e esse adota critérios socioeconômicos bem como critérios definidos pela própria IES. Faz-se necessário esclarecer que o PNAES oferece assistência diversificada ao assegurar

¹ Importante sublinhar que a lei supracitada se encontra em atualização, de modo que a Câmara dos Deputados por meio do Projeto de Lei 2350/15 prevê a ampliação do período de afastamento escolar da aluna gestante de três para seis meses após o nascimento do bebê. De acordo com o projeto, de autoria do deputado Jean Wyllys, o início e o fim de período de afastamento continuam a ser determinados por atestado médico a ser apresentado pela aluna à direção da instituição de ensino da qual faz parte. Para saber mais acesse: <https://www.camara.leg.br/noticias/525075-projeto-preve-licenca-de-ate-seis-meses-para-alunas-gravidas/>

transporte, moradia estudantil, alimentação, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico aos alunos e alunas.

Autores, como Paula (2017), recordam que as ações assistenciais são executadas pela própria IES, que por sua vez deve construir mecanismos para realizar o acompanhamento e a avaliação do programa em suas dependências. Para a autora, a importância do PNAES como política pública é inquestionável ao garantir o repasse de recursos do governo federal para se realizar a assistência estudantil nas instituições federais de Ensino Superior.

E, ainda, para Pereira e Fávoro (2017), a definição de políticas de assistência estudantil no interior das universidades é um desafio a ser enfrentado, pois, para serem efetivas, elas devem considerar o perfil dos estudantes e a necessidade de assegurar a democratização do acesso ao conhecimento, bem como do direito à permanência, nesse nível de ensino, para alunas e alunos em situação de vulnerabilidade social. As autoras ressaltam ainda que, no cenário compreendido pelo Ensino Superior, o enfrentamento das lutas pela igualdade feminina que se projetam pressupõe a concomitante superação das desigualdades econômicas e sociais as quais perduram na sociabilidade do capital.

Nessa direção, na Universidade Federal do Piauí, as mães universitárias podem contar com a política de assistência estudantil, compreendida pelo auxílio-creche, que é concedido a alunas e alunos e refere-se, especificamente, a um auxílio de natureza financeira no valor de quatrocentos reais mensais, disponibilizado aos estudantes (pais e mães) que comprovem baixa renda

familiar e que possuam filhos de até três anos e onze meses de idade.

Nessa discussão, também se sentiu necessidade de elencar algumas iniciativas desenvolvidas por diferentes instituições de ensino superior espalhadas pelo país, que desvelam possibilidades de enfrentamento das necessidades de estudantes que tenham filhos e que precisam de suporte no cotidiano universitário para que possam permanecer e concluir os estudos na universidade.

Na Pesquisa de Da Silva *et al* (2020) sobre os desafios enfrentados na trajetória universitária de discentes que vivenciam a maternidade, os autores reforçam a importância de ações de assistências estudantis para a permanência de mães no contexto acadêmico, trazendo, como referência, experiências vividas em um dos *campi* da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Na instituição de ensino em questão, encontra-se disponível para as mães universitárias o auxílio-creche, que corresponde a um auxílio financeiro no valor de 200,00 (duzentos reais), sendo pago com 12 (doze) parcelas mensais.

Em sua pesquisa, além do já referido auxílio, aponta-se a brinquedoteca do *campus* como um ponto de apoio às mães. A disponibilização desse espaço tem como o objetivo contribuir para a continuidade dos estudos dessas mães, possibilitando uma prática autônoma dos envolvidos em sua execução, bem como acompanhamento de monitores bolsistas da brinquedoteca, que atuam no apoio para as mães universitárias. (Da Silva *et al* 2020).

Ao final dessa discussão, foram identificadas iniciativas empreendidas pelas próprias mães universitárias, como o projeto intitulado “Rede Mãos

Dadas em Apoio às Mães Universitárias (REMAD)”, que teve início em 2018 na Universidade Federal de Alagoas - UFAL, com o objetivo de conferir uma rede de suporte às mães acadêmicas, durante os momentos em que estiverem em aula. O referido projeto emergiu de uma rede de solidariedade entre discentes e estes discentes envolvidos são voluntários de ambos os sexos, vinculados aos diferentes cursos de graduação da referida universidade, que atuam como cuidadoras e cuidadores das crianças atendidas pelo projeto (MESQUITA *et al* 2019).

Metodologia

A realização deste estudo tomou por base experiência empírica desenvolvida em projeto de natureza assistencial executada em um brinquedoteca universitária no período de agosto de 2019 a agosto de 2020.

Ressalta-se, ainda, que na proposição da problematização dessa experiência, tomamos como suporte os princípios da pesquisa qualitativa. A escolha por essa abordagem ocorreu em razão de, assim como Esteban (2010), compreender-se que a mesma tem potencial para a compreensão dos fenômenos educativos e sociais em profundidade e permite a captura das transformações inerentes às práticas e aos cenários socioeducativos.

A utilização da abordagem qualitativa adotada na pesquisa pressupõe o caráter construtivo interpretativo do conhecimento, o que nos leva, por sua vez, a compreender o conhecimento como processo de construção, como produção humana e, não, algo estático, que está pronto e que sua mera descrição é suficiente.

O *lôcus* da pesquisa foi o *campus* de uma IES pública federal do Nordeste brasileiro que, considerando o ano de 2021, atende o número total de 1159

alunos ativos, distribuídos em 5 cursos de graduação, a saber: Administração - 360 alunos; Pedagogia - 332 alunos; Biologia - 314 alunos; Educação do Campo - 218 alunos e Enfermagem com 235 alunos. Do total de alunos acima, 1054 são mulheres e 105 homens. No referido cenário, registra-se, ainda, um total de 93 professoras, sendo: 25 do curso de Enfermagem, 23 em Pedagogia, 16 em Biologia, 16 em Administração e 13 do curso de Licenciatura do Campo.

Tratando especificamente do projeto *Cuidando e Brincando*, alvo desta discussão, destaca-se que esse ocorreu nas dependências de uma brinquedoteca universitária, situada em um dos *campi* da Universidade Federal do Piauí. O espaço em questão conta com 62 metros quadrados e é um dos laboratórios do curso de Pedagogia do referido *campi*. Como laboratório, o mesmo assenta-se no tripé ensino-pesquisa-extensão e na inovação. A equipe de trabalho que atuou no projeto ora relatado e age nessa brinquedoteca, contou com 14 brinquedistas, sendo em relação ao vínculo, 2 bolsistas e 12 brinquedistas voluntários. No tocante à formação, dois eram oriundos do curso de Enfermagem e os demais do curso de Pedagogia. Em relação ao gênero, cinco brinquedistas eram homens e nove eram mulheres, que desempenham as funções comuns e específicas no projeto.

Esclarecida essa realidade, aponta-se que o projeto de natureza assistencial que foi relatado neste artigo atendeu a um total de 29 mães, seja com atendimentos ocasionais ou permanentes. No entanto, colaboraram com a pesquisa realizada, ao final do projeto, nove das 14 mães cujas crianças foram atendidas de forma contínua. Destaca-se, ainda, que as mães referidas acima eram provenientes

dos distintos cursos de graduação do *campus* supracitado e que a participação das mães nesta pesquisa ocorreu de forma voluntária.

O instrumento de produção dos dados adotado foi o questionário. A escolha levou em consideração a apreciação de Gil (2019), de que o questionário pode ser definido como o procedimento de investigação integrada por um número aproximadamente elevado de questões apresentadas por escrito aos sujeitos da pesquisa, com objetivo de levantar a compreensão de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, entre outros; o referido instrumento traz a comodidade de o pesquisado poder responder em qualquer hora e lugar que considerar conveniente, sem a presença e monitoramento do pesquisador no momento de resposta ao questionário.

Esse questionário foi estruturado para a pesquisa via ferramenta do Google, mais especificamente o formulário *Google Docs*. Os dados foram recolhidos de forma rápida e prática e garantiram a segurança em meio ao cenário pandêmico. Com o título de *Avaliação do Projeto Brincando e Cuidando* por mães de crianças beneficiadas em 2019, as mães receberam o referido formulário no período de 19 de fevereiro a 12 de março de 2020, via *e-mail*, ao final dos primeiros seis meses de execução do projeto, por coincidir com o final do período letivo cursado pelas mães. O questionário foi composto por 14 perguntas direcionadas a uma avaliação geral do projeto e as suas contribuições junto às crianças e as suas mães.

Oportunamente, registrou-se que foi utilizado, ainda como instrumento de produção de dados, diários de campo de brinquedistas e de coordenadoras, elaborados na execução de suas

atividades cotidianas. Os diários, segundo Zabalza (2004), constituem instrumentos que auxiliam, no ato de escrever, os fatos que ocorreram, conferindo mais clareza sobre o acontecido para o próprio observador, que, nesse caso em específico, referem-se aos brinquedistas e coordenadoras da brinquedoteca.

No tocante à análise dos dados, utilizou-se, em uma questão, a *frequência relativa*, por tratar de dados numéricos e, para as demais, que se referiram a dados subjetivos, cujo foco foram as compreensões das pesquisadas sobre o projeto, utilizou-se a *análise de conteúdo* que, de acordo com Bardin (2011 p.44), refere-se a: “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, através da técnica da análise categorial, que “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos”.

Seguindo os procedimentos da *análise de conteúdo*, no primeiro momento foi feita uma leitura para se ter um contato com as informações obtidas; no segundo momento, com apoio do referencial teórico da pesquisa, foi feita uma organização e uma análise dos dados produzidos. Esse segundo momento “implica em uma ordem lógica dos dados coletados, levando-se em conta sua importância e evidência [...]” (PÁDUA, 2012, p. 83). Diante disso, foram organizados os dados de acordo com sua importância e, esses, relacionados às questões da pesquisa reveladas pelas participantes.

O terceiro momento foi referente à exploração do material, fase em que se encontram os momentos de codificação e de decomposição dos dados

apresentados. No que se refere à codificação, Bardin (2011) destaca como sendo,

[...] uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices (Bardin, 2011, p.133).

Nessa produção, seguiram-se as orientações referenciadas do autor no que confere à reorganização dos dados, de maneira que, após analisá-los, os mesmos foram organizados em forma de categorias, seguindo a ordem das perguntas do questionário e se mantendo fiel ao texto produzido pelas participantes da pesquisa.

E, no último momento, o qual se refere a uma análise mais aprofundada dos resultados, as recomendações de Bardin (2011) são que deve se realizar uma análise de conteúdo sobre a própria análise de conteúdo, uma vez que é necessário posicionar-se criticamente sobre os resultados e sobre as hipóteses referentes à pesquisa, para se refletir sobre a existência de uma coerência dos fatos com a teoria e desta com as hipóteses.

Ao final dessa discussão, esclarece-se que, com o propósito de garantir o anonimato das participantes da pesquisa, na seção que se segue, as mães pesquisadas serão mencionadas pela palavra *mãe*, seguidas de um número cardinal, que indica a ordem de participação das pesquisadas mediante resolução do questionário.

O que as mães universitárias avaliaram em um projeto de acolhimento para seus filhos desenvolvido em uma brinquedoteca universitária?

Conforme mencionado anteriormente, a discussão ora apresentada se assenta sobre os dados produzidos por um questionário elaborado com auxílio da ferramenta *Google Docs*, composto por 14 perguntas. Nesse sentido, sentiu-se a necessidade de esclarecer que, esta análise, deteve-se em apenas quatro questões: uma dessas estava direcionada à avaliação geral do projeto e três dessas estavam voltadas para avaliar as suas contribuições à permanência das mães na universidade, pontos fortes do projeto na análise das mães e indicação deste para outras pessoas.

Na primeira parte do referido questionário, foi analisada a avaliação geral atribuída pelas mães ao projeto. Aqui, persistiu-se sobre uma questão em que foi pedida uma avaliação que deveria ser feita numa escala de 0 a 10. Em resposta, verificou-se que 37,5% das mães atribuíram nota 8,0 ao projeto, enquanto outras 37,5% atribuíram ao projeto nota 10 e 25% atribuíram nota 9,0. Nesse âmbito, confirmou-se uma avaliação satisfatória das mães quando se verifica que o projeto obteve, por meio da média aritmética, 9,0 pontos.

A hipótese que foi atribuída a esse resultado está ligada à percepção adquirida pelas mães, que consideram o espaço e os recursos humanos disponibilizados à comunidade universitária alvo do projeto. Também se pontuou como fator influenciador dessa avaliação o fato de o *campus* em que ocorreu o projeto não dispor de creche para que as mães pudessem deixar seus filhos enquanto elas estudam. E, assim, é possível pensar que qualquer iniciativa de acolhimento

às mães e a seus filhos seja bem recebida pelas mães pesquisadas.

Em pesquisa realizada por Souza *et al* (2017), em outro *campus* da IES investigada, que conferiu enfoque aos desafios e às possibilidades de acesso e de permanência de mães universitárias em outro *campus* desta mesma IES, mães universitárias vinculadas a diferentes cursos de graduação foram entrevistadas. De acordo com essas mães, os diversos setores que compõem o ambiente acadêmico deveriam conferir uma atenção especial e também suportes estruturais para as graduandas com filhos, para que elas tenham mais tempo e, assim, possam se dedicar melhor aos estudos e à vida acadêmica. Na perspectiva das entrevistadas, a creche foi o suporte mais solicitado.

Ao se ampliar os estudos sobre o assunto, percebeu-se que a realidade pesquisada ilustra o apontado por Fernanda Vicente, a qual é mãe e fundadora do *Coletivo Mães na Universidade*, na sua apreciação de que não há políticas públicas ou espaços de acolhimentos para as mulheres quando estas engravidam e têm que cuidar de seus filhos pequenos e, ainda, dar conta da vida acadêmica. Ao conceder entrevista à matéria de Hoshino do portal Lunetas, a ativista Fernanda Vicente ressaltou o desafio da invisibilidade das mães universitárias e a ação da sociedade em processo de romantização da maternidade (HOSHINO,2021).

Dando seguimento a esta análise, outra pergunta contida no questionário que foi alvo desta análise foi a que inquiriu as mães se o projeto contribuiu para a permanência delas nos cursos de graduação ao qual estavam vinculadas e 100% delas responderam que sim, confirmando o cenário de que muitas dessas mães não tinham com quem

deixar seus filhos, visto ser frágil ou inexistente o apoio da família extensiva, que se materializaram em falas como as que se seguem abaixo:

Eu e minha família não somos de Floriano, então eu e meu filho estávamos contando apenas com as colegas de sala e com o surgimento do projeto, este passou a ser nosso principal apoio. (Mãe 6)

Todos em casa trabalham, então o projeto é o meu suporte quando preciso vir pra universidade estudar ou assistir aulas. (Mãe 9)

Como foram retomados na discussão da questão anterior, as mães apontam em seus relatos a ausência da UFPI, bem como toda a demanda de cuidado dos filhos, que fica sob sua exclusiva responsabilidade, restando às mães pesquisadas levarem seus filhos para as aulas por não terem com quem compartilhar os cuidados de suas crianças.

Da mesma forma, a realidade descrita pelas mães pesquisadas também foi apontada em pesquisa de Souza et al (2017). Na presente pesquisa, as estudantes entrevistadas apontaram que o espaço universitário não é a melhor ambiência para uma criança, e as levam por realmente não terem alternativa (em alguns casos, o marido trabalha e não tem com quem deixar; em outros, pela necessidade de amamentar o bebê e, até mesmo, por serem mães solo).

Assim, ao indicarem o projeto desenvolvido na brinquedoteca universitária do *campus* pesquisado para outras mães, esse fato constitui movimento semelhante ao sublinhado em entrevista de Macedo (2018), visto que a mãe universitária pesquisada reconheceu auxílio-creche e a brinquedoteca do Setor de Educação disponível para as mães universitárias como auxílios que a IES, ao qual estava

vinculada, oferecia para as mulheres que têm filhos e que são estudantes da graduação. A entrevistada apontou ainda papel central no acolhimento das mães, a fim de que se sentissem bem dentro do ambiente universitário e, dessa maneira, não desistissem de seus cursos de graduação.

No movimento de avaliar o projeto, foi solicitado em uma das questões que apontassem pontos fortes do projeto, momento em que as mães pesquisadas relataram as seguintes apreciações, a saber:

(...) na verdade, ao conseguir atender diferentes idades, proporcionou um completo apoio para muitas mães. (Mãe 4)

Nós, alunas e mães, podemos estar na sala de aula mais tranquilas, sabendo que nossos filhos também estão vivenciando alguma atividade na brinquedoteca, que auxiliará no desenvolvimento deles. (Mãe 1)

De acordo com o apontado pelas mães, o projeto teve uma abrangência ampla no tocante ao atendimento de crianças em idades variadas e as atividades desenvolvidas no projeto impactaram no desenvolvimento delas. Encontrou-se, como hipótese para o levantamento destes pontos fortes, a proximidade do local de execução do projeto das salas de aula em que as mães se encontravam, permitindo intercâmbio constante entre cuidadores e brinquedistas que estavam atuando no projeto. Ressalta-se que a avaliação em processo vivenciada permitiu que a proposição de sugestões e de críticas das mães fossem transmitidas com rapidez e, constantemente, consideradas nos planejamentos realizados pela equipe de brinquedistas responsável pelo projeto.

Destaca-se, ainda, que a estadia das crianças atendidas pelo projeto na brinquedoteca e os impactos dessa

permanência fazem recordar as apreciações de Azevedo (2015), de que na Brinquedoteca, com a presença de brinquedistas atuantes, é possível conferir mudanças positivas na interação e na percepção do meio pelas crianças, garantindo a promoção dessas e, até mesmo, a proteção psicológica essencial para o crescimento destas.

No entanto, pelo fato de as mães terem se referido à realização de atividades pedagógicas, sentiu-se a necessidade de pontuar que espaços como o de uma brinquedoteca universitária não possuem as mesmas atribuições que um espaço escolar de natureza formal e, neste caso, o que ela oportuniza aos seus diversos visitantes são diversas atividades lúdicas e interativas. E, por isso, não pode ser confundida com uma instituição de Educação Infantil.

Como última questão de interesse para os fins desta análise, as mães pesquisadas foram abordadas quanto à indicação por elas do projeto para outras pessoas. Dentre as respostas, emergiram as seguintes falas:

Com certeza recomendo o projeto! Sempre vi as crianças sendo bem tratadas e bastante estimuladas, então não hesitaria em recomendar. (Mãe 4)

Sim, recomendaria porque me ajudou bastante, eu tive ótimo rendimento depois que passei a contar com o projeto, fiquei bem tranquila sabendo que o filho estava sendo cuidado e estimulado, eu super recomendo e quero que não pare com projeto. (Mãe 5)

Sim, pois além de ter um amparo para seu filho durante a aula na graduação, atividades pedagógicas são desenvolvidas com as crianças com um custo zero. Eu e meu filho estamos muito satisfeitos com a proposta do projeto. (Mãe 6)

Sim, com certeza, porque é um projeto além de ajudar as mães que estudam, suas crianças são bastante estimuladas e aprendem muito. (Mãe 8)

Frente ao exposto pelas mães pesquisadas, a iniciativa de indicar o projeto pelo qual elas e seus filhos foram atendidos, ilustra o quanto as mães adquiriram alguma compreensão sobre as necessidades de desenvolvimento de seus filhos e, assim, perceberam o projeto como um importante aliado nesse processo de desenvolvimento vivido por seus filhos e aos seus processos de aprendizagem no Ensino Superior, que, como em qualquer nível de ensino, necessita ter dispositivos de suporte e de acolhimento.

A realidade retratada faz retomar a compreensão de Azevedo (2015), de que o espaço da brinquedoteca, ao explorar a ludicidade e estimular crianças ao brincar livre e espontâneo como forma de desenvolver capacidades e expressar emoções e sentimentos, cumpre importante papel de proteção frente aos riscos que se interpõem ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, mediante a oferta de situações variadas pelo brincar na direção da estimulação de competências motoras, cognitivas, sociais e emocionais.

Considerações finais

Em meio a tantas lutas e conquistas alcançadas pelas mulheres, destacam-se as ocupações em cargos mais elevados de trabalhos, que até bem pouco tempo seriam executados exclusivamente pelos homens. Entende-se que o início dessa jornada se dá com o ingresso e segue com a permanência de mães universitárias em diversas instituições de ensino Brasil afora. No referido cenário, ainda há muito para se

alcançar, sobretudo com relação às questões que perpassam momentos importantes da vida feminina: a maternidade e a formação acadêmica. Para isso, desconstruir as barreiras que são impostas pela sociedade se faz fundamental e requer o esforço de homens e mulheres e, dessa forma, o projeto ora relatado foi apontado como ferramenta, sendo um importante mecanismo para a permanência de mães universitárias no contexto acadêmico na qual estavam inseridas.

Pelo fato de o local onde ocorreu o projeto ser um laboratório e a partir do desenrolar das atividades do projeto, pode-se dizer que houve produção e troca de conhecimentos em várias dimensões, proporcionando ganhos para os diferentes sujeitos envolvidos. Considerando as crianças, essas receberam estimulação em um local seguro, impactando em seu desenvolvimento integral. Aos brinquedistas, como discentes da instituição foram proporcionadas aprendizagens relacionadas aos planejamentos e à execução de atividades lúdicas, bem como à produção de recursos. E às mães, apoio ao seu desempenho acadêmico, bem como a possibilidade de acompanhar, em tempo real, os seus filhos.

Da mesma forma, outra dimensão que não se pode deixar de mencionar é a que se agregou aos ganhos proporcionados pelo exercício compartilhado no cuidado de crianças vivido por homens e mulheres brinquedistas, que juntos puderam discutir sobre minúcias relativas ao cuidado diário de crianças pequenas e, assim, como refletir sobre formas de se relacionar considerando as especificidades de gênero das crianças atendidas.

Entretanto, cabe ressaltar que, embora o espaço da brinquedoteca funcione

também como espaço de acolhimento e de interações, ele não substitui o papel das instituições voltadas especificamente para a educação de crianças pequenas (creches e escolas de educação infantil), pois elas destinam-se a garantir o direito das crianças ao brincar, em todas as suas dimensões. No caso particular das universidades, seria interessante e oportuna a existência desses dois equipamentos no mesmo espaço para que, de fato, a permanência e o sucesso das mães discentes fossem garantidos no tocante ao acolhimento de seus filhos.

Portanto, com a finalização do projeto *Brincando e Cuidando* foi possível identificar as demandas objetivadas pelas mães que conciliam maternidade e formação acadêmica, além de mapear pontos inerentes à assistência estudantil que um espaço como uma brinquedoteca universitária dispôs e conseguiu oferecer para o grupo em questão.

Referências

- AZEVEDO, A. C. P. Brincar na brinquedoteca: crianças em situação de risco. In: BOMTEMPO, E; ANTUNHA, E.G.; OLIVEIRA, V.B. (Orgs.). **Brincando na escola, no hospital, na rua**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015, p. 143-161.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: edições 70, 2011.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009. Recuperado em: 22.02.2021, de <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/artic/e/view/277>.
- BRASIL, Lei no 6.202, de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Recuperado em: 22.01.2021, de

<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128436/lei-6202-75>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 fev. 2021.

DA SILVA, J. S.; ALVES, M. B.; CARVALHO, G. B.; TAVARES, R., DE ARRUDA, A. A.; da COSTA, C. D. M. (2020). A maternidade na trajetória universitária: desafios percorridos pelas discentes da Universidade Federal do Maranhão-UFMA campus VII Codó. **Brazilian Journal of Development**,6(7), 42538-42550.

ESTEBAN, M.P.S. **Pesquisa qualitativa em educação**: fundamentos e tradições. Porto Alegre:AMGH,2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HOSHINO, C. ‘Ter filhos, estando na universidade, te faz uma errante na vida’. Matéria publicada em 30.10.2017 e atualizada em 17.02.2021. Disponível em: <https://lunetas.com.br/maes-na-universidade-ter-filhos-estando-na-universidade-te-faz-uma-errante-na-vida/>. Acesso em: 06.05.2021.

LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado. Pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica,2000.

_____. A emergência do gênero. (pp. 14-36). In: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, RJ, Vozes,1997.

MACEDO, P. Mulheres da UFPR: Mariangela Vieira, o desafio de ser mãe e universitária. Entrevista em 8 de março de 2018. Recuperado em 15 de fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.ufpr.br/portalfpr/noticias/mulheres-da-ufpr/>

MESQUITA et al. “Quem pariu Mateus que balance”: a reprodução do patriarcado e a solidão das mulheres/mães universitárias no cuidado com os/as filhos/as. In: **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 2019. Recuperado em 12.03.2021 de

<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/722>.

OCDE. **Education at a Glance**: OECD Indicators (2019). OECD Publishing. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2019/Country_Note_EAG_2019_Brasil.pdf. Acesso em: 22.05.2021.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: Abordagem teórico/prática. 17ª ed. Campinas, SP: Papirus,2012.

PAULA, M. de F. C. de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, 22(2), 301-315, 2017. <https://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772017000200002>.

PEREIRA, A.C.F.; FAVARO, N. de A. L.G. História da mulher no Ensino Superior e suas condições atuais de acesso e permanência. In: **XIII EDUCERE, IV SIRSE E VI SIPD/CÁTEDRA UNESCO**. Curitiba.PUC/PR, 2017. v. 1. p. 5527-5542.

RICOLDI, A.; ARTES, A. C.A. Mulheres no Ensino Superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. **Ex æquo**, n.º 33, 2016, p. 149-161. Recuperado em: 01.02.2021, de <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/33-mulheres-no-ensino-superior-brasileiro-espaço-garantido-e-nov>.

SOUZA, C. De Jesus *et al.* Maternidade e educação – desafios e possibilidades de acesso e permanência na UFPI Campus Ministro Reis Velloso. **Anais III JOIN / Edição Brasil... Campina Grande**: Realize Editora, 2017. Recuperado em 02/03/2021, de <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/49929>.

ZABALZA, M. **Diários de aula**: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed,2004.

Recebido em 2021-06-08

Publicado em 2021-08-01